

## MOVIMENTOS ANTIVACINAS: UMA REVISÃO TEÓRICA

Laila Caroline Franklin Vivian<sup>1</sup>, Éder Rodrigo Gimenes<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Acadêmica do Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá – UEM. laila\_caroline@hotmail.com

<sup>2</sup>Orientador, Docente do Curso de Bacharelado em Serviço Social, Doutor em Sociologia Política, EAD/Universidade Cesumar – UNICESUMAR. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Participação Política, Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá/PR. eder.gimenes@unicesumar.edu.br

### RESUMO

O presente artigo buscou compreender como a literatura está tratando a atuação dos movimentos antivacinas no ambiente virtual sob a ótica das políticas públicas. O presente estudo se justifica, especialmente, em razão do momento que vivenciamos, pois enfrentamos uma pandemia e esses movimentos mostram-se ativos e nocivos, além de representarem mais um novo desafio a ser enfrentado pelos gestores públicos. Para a realização do estudo adotou-se como método de pesquisa a revisão bibliográfica. Como resultado, concluiu-se que existem inúmeros fatores que ancoram os movimentos antivacinas, sendo que as principais razões para a ausência de vacinação e subimunização são as reações adversas, os efeitos colaterais e o medo das vacinas; mas fatores como convicções religiosas, filosóficas, políticas, pessoais e socioculturais, a ignorância, a facilidade de disseminação de informações falsas, a ascensão de políticas populistas, a desconfiança nas indústrias e no próprio sistema de saúde e ainda experiências anteriores negativas também contribuem para o crescimento e fortalecimento desses movimentos. Desse conjunto de aspectos, destaca-se na atualidade como fator preponderante a desinformação combinada com o consumo e disseminação de informações falsas. Portanto, é premente a necessidade de atuação conjunta e incisiva de setores da sociedade civil e do Estado para combater esse movimento crescente, de modo que se coloca como imprescindível a tomada de decisões e implementação de ações promotoras de conscientização acerca dos benefícios das vacinas, bem como dos malefícios para a sociedade quando a população deixa de se vacinar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestores públicos; Literatura; Movimentos antivacinas; Políticas públicas.

### 1 INTRODUÇÃO

Os movimentos antivacinas existem desde o surgimento das vacinas. Num primeiro momento, esse fenômeno é explicado principalmente pela falta de conhecimento da população quanto à ciência e a respeito do desenvolvimento e eficácia das vacinas, o que se justifica pela baixa escolarização dos indivíduos nesse período (ROCHEL DE CAMARGO, 2020).

Contudo, com a popularização das vacinas e o aumento do nível educacional da população ao redor do mundo ensejava-se que essa situação fosse revertida. Por isso, o grande desafio da contemporaneidade é compreender o crescimento desses movimentos na atualidade.

Inegável que os movimentos antivacinas ainda representem pequenos números, todavia já são suficientes para chamarem atenção dos gestores públicos, uma vez que algumas doenças que até então estavam erradicadas começam a ressurgir, vindo a necessitar de maior cobertura vacinal a fim de assegurar o controle local de determinadas doenças (ROCHEL DE CAMARGO, 2020).

Além disso, os movimentos antivacinas contemporâneos têm à sua disposição a internet e as tecnologias da informação e comunicação (TICs) para propagar suas ideias e ideais, o que facilita sua difusão e propagação, tornando-os ainda mais perigosos e danosos, pois podem fazer circular informações falsas através de inúmeros canais midiáticos gratuitos, postos à disposição, onde veiculam instantaneamente qualquer informação, ainda que inverídica, chegando ao conhecimento popular rapidamente (VASCONCELLOS-SILVA; CASTIEL, 2010).

Como exemplo, destacamos a circulação, até os dias atuais, de um estudo publicado na conceituada revista médica *The Lancet*, em 1998, escrito por um grupo coordenado à época por Andrew Wakefield, onde os cientistas associavam uma suposta relação entre

vacinação e o autismo, que é usado como um dos principais argumentos pelos movimentos antivacinas para justificar a retórica anti-imunização (VASCONCELLOS-SILVA; CASTIEL, 2010).

Ante o exposto, é imprescindível entender como a atuação dos movimentos antivacinas na internet está sendo tratada pela bibliografia e quais são as potencialidades e/ou os limites identificados pela bibliografia para compreender a influência desses movimentos nas políticas públicas.

O presente estudo justifica-se, principalmente, em razão do momento em que vivemos, pois enfrentamos uma pandemia e esses movimentos antivacinas mostram-se ativos e nocivos no ambiente virtual, além de representarem um novo desafio a ser enfrentado pelos gestores públicos, uma vez que doenças tidas como erradicadas ressurgiram em nosso país.

Isto posto, o objetivo deste artigo é apresentar resultados de pesquisa bibliográfica acerca da potencialização dos movimentos antivacinas com relação à circulação de informações na internet, enfocando os desafios que se colocam ao poder público no contexto de pandemia do Covid-19, vivenciado em todo o mundo desde meados de 2020. Aqui, tratamos especificamente do caso brasileiro, porém destacamos que o debate exposto refere-se também, ainda que parcialmente, a outras realidades nacionais na atualidade.

## 2 MOVIMENTOS ANTIVACINAS, INTERNET, PANDEMIA E AÇÃO ESTATAL: UM QUADRO TEÓRICO

O presente estudo foi realizado através de uma análise da bibliografia existente, no intuito de compreender como a literatura está percebendo o fenômeno dos movimentos antivacinas no ambiente virtual, especificamente na internet. Para tanto, esta seção teórica apresenta-se dividida em três tópicos, que tratam dos seguintes aspectos: considerações sobre movimentos antivacinas no Brasil; a internet como espaço passível de utilização por movimentos antivacinas para expor seus ideários; e os desafios que se colocam aos gestores públicos no contexto que combina necessidade de circulação ampla de informação científica e movimentos antivacinas.

### 2.1 COMPREENSÃO DA LITERATURA ACERCA DOS MOVIMENTOS ANTIVACINAS

Inicialmente, cumpre-nos destacar que em estudo publicado sobre a vacinação contra a *influenza* no Brasil, os autores afirmam terem identificado aumento dos movimentos antivacinas e apontam como sendo os principais motivos para a recusa da vacina o medo da vacina e das reações adversas e obstáculos como tempo, lugar e custo. Por outro lado, entre os fatores de estímulo à vacinação encontrados estão propagandas e recomendações de conhecidos (NEVES *et al*, 2020). Portanto, a desinformação é fator considerável quando o assunto é fundamento para recusar a vacina contra a *influenza* no nosso país, ao passo que a propaganda é um fator de incentivo, o que pode ser considerado por gestores públicos para a definição de estratégias para campanhas de imunização.

Beltrão *et al* (2020) afirmam que os principais fatores que influenciam na recusa da vacina são pessoais, políticos e socioculturais, de tal modo que a população sequer conhece a real necessidade de vacinar, têm medo de reações adversas, têm desconfianças das indústrias de vacinas e do próprio sistema de saúde, além de possuir experiências negativas na área de saúde. Assim, analisando as justificativas apresentadas, vemos que o receio das reações adversas novamente aparece. Além disso, as justificativas apresentadas podem ser facilmente combatidas com campanhas educativas.

Segundo dados apresentados em estudo publicado por Vasconcellos-Silva e Castiel (2010), a principal fonte de informação daqueles que se apresentam como adeptos de movimentos antivacinas é a internet, o que reforça a tese da desinformação, visto que apesar da internet ser um instrumento reconhecido para instrução e informação na atualidade, há que ser utilizado com cuidado, atenção e parcimônia. Desse modo, ao mesmo tempo em que há informação fidedigna, há que se filtrar as informações encontradas na internet, não havendo qualquer filtro, cabendo única e exclusivamente ao receptor o desafio de selecionar e corroborar as informações ali encontradas.

O fator educação deveria ser um diferencial quando as pessoas buscam por informações na internet, pois, em tese, teriam a capacidade de validar a legitimidade da informação. Contudo, ainda conforme as informações constantes do estudo apresentado por Vasconcellos-Silva e Castiel (2010), a maior parte das pessoas que se apresentaram como sendo pertencentes a movimentos antivacinas fazem parte de famílias tradicionais, isto é, são filhos de mães casadas, com elevados níveis de instrução e renda, de tal modo que tenderiam a possuir conhecimento científico para discernir as informações postas à disposição na rede mundial de computadores, já que pessoas que tiveram e que têm acesso à informação e à informação de qualidade deveriam saber filtrar informações fidedignas.

Já em estudo publicado por Vasconcellos-Silva, Castiel e Griep (2010), foram apresentados dados advertindo que as crianças absolutamente não imunizadas (que não receberam qualquer vacina) são filhas e filhos de famílias tradicionais, mães casadas, com elevados níveis de instrução e renda e que possuem amplo acesso aos mais diversos meios de comunicação, ao passo que crianças subimunizadas (que tomaram alguma ou algumas vacinas) são crianças moradoras das regiões periféricas e, conseqüentemente mais pobres, filhas de mães solteiras e com menor grau de instrução.

Ao buscar a razão para a ausência da imunização ou da subimunização, a justificativa apresentada pelos casais não vacinadores foi a preocupação com os efeitos colaterais da vacina, em especial os efeitos neurológicos, notadamente o autismo. Além disso, estes casais afirmaram que os médicos pediatras exercem pouca influência sobre a decisão familiar nesse campo (VASCONCELLOS-SILVA; CASTIEL; GRIEP, 2010), prevalecendo o entendimento difundido na internet pelos movimentos antivacinas em detrimento da ciência.

Rochel de Camargo (2020), por sua vez, afirma que esse efeito é explicado por fenômenos sociocognitivos complexos, como por exemplo o efeito Dunnin-Kruger e o efeito tiro pela culatra. O primeiro é explicado como sendo uma avaliação equivocada, que leva a pessoa a acreditar que é uma autoridade no assunto, ignorando a opinião de qualquer outra, inclusive de especialistas e, no segundo caso, mesmo que os fatos contradigam a crença do indivíduo, esse acredita única e exclusivamente na sua ideia inicial, rechaçando qualquer outra, mesmo que a sua única fonte de conhecimento seja a internet.

Ao analisarem notícias falsas, recorrentemente denominadas *fake news*, na área da saúde, Saraiva e Faria (2019, p. 7) afirmam que as campanhas de imunização das crianças foram as mais afetadas pela desinformação no Brasil e que “ao trazer a discussão para os dias atuais, é possível afirmar que as mídias sociais são os principais meios de disseminação de *fake news* acerca da imunização de crianças”.

Destarte, constatou-se que há um aumento na propagação das notícias falsas quando a população experimenta períodos de epidemias ou trata de doenças graves porque a maioria da população não detém conhecimento sobre estes assuntos. Outrossim, são apontados como fatores para crescimento dos movimentos antivacinas convicções religiosas, filosóficas e políticas (SARAIVA; FARIA, 2019).

Diante de tais resultados, cabe destacar que Pinto Junior (2019, p. 1) argumenta que apesar dos avanços obtidos com as vacinas, que são inquestionáveis, os movimentos

antivacinação têm ganhado impulso ao redor de todo o mundo e aponta “a ignorância, a facilidade da disseminação de informações falsas e a ascensão de políticas populistas” como as principais causas para o crescimento desses movimentos.

Os impactos dessa desinformação crescem a cada dia, segundo dados divulgados em 2019 pelo Programa Nacional de Imunização, constantes do Datasus – Sistema Nacional de Imunização, uma vez que, após 20 anos em queda, o Brasil vê ressurgir em seu território o sarampo, que havia sido erradicado após ampla cobertura vacinal. Além disso, outras nove vacinas também apresentam queda na taxa de vacinação, após anos atingindo suas metas, o que configura, em alguma medida, reflexos dos movimentos antivacinas: a desinformação, a instabilidade política e religiosa, as *fake news* e o populismo (DIAS, 2020).

O Brasil não é o único que está enfrentando problemas com a crescente dos movimentos antivacinas e queda nos números vacinais, já que inúmeros países enfrentam situação semelhante. Como exemplo tem-se a Itália que, em 2017, notificou um caso de tétano, após 30 anos, em uma criança de 10 anos. Ademais, os EUA, no mesmo ano e com a mesma doença, teve um custo de 1 milhão de dólares para tratar uma criança de 6 anos, sendo que a vacina custaria 30 dólares (BELTRÃO *et al*, 2020).

## 2.2 INTERNET: AMBIENTE FAVORÁVEL PARA OS MOVIMENTOS ANTIVACINAS

Vacinas salvam vidas. Mais que isso, as vacinas são responsáveis por proporcionar proteção coletiva contra doenças graves que poderiam levar a centenas, milhares de mortes ou sequelas na população nacional, local ou regional e são, conforme comprovam resultados de estudos científicos, de longa data as grandes responsáveis por atuarem na erradicação e/ou amenização de inúmeras doenças (TOLEDO, 2018).

Entretanto, desde o surgimento das vacinas sobrevieram consigo rumores sobre possíveis sequelas após a vacinação, como ocorreu com a vacina contra a varíola, que, logo após ser inserida no mercado, criou uma ilustração de pessoas germinando partes bovinas (ROCHEL DE CAMARGO, 2020). Todavia, com a popularização da internet e com o avanço das TICs esses rumores ganharam força e espaço para circulação, o que acontece em virtude de que os avanços tecnológicos transformaram a forma de viver, conviver e, sobretudo, a forma de se comunicar em sociedade - especialmente diante de novos meios de comunicação surgidos, tais como sites, blogs, jornais online, redes sociais, YouTube, WhatsApp, dentre outros -, transformando a forma como a sociedade se informa e se comunica. Nesse cenário de rápidas e constantes transformações, tem-se novas mídias e mídias alternativas se cruzando e, por conseguinte, produtores e consumidores dessas mídias interagindo de maneiras imprevisíveis (JENKINS, 2009).

Essa revolução digital alterou a maneira como o mundo se comunica e se informa, pois uma notícia que levaria meses para atravessar o globo, como, por exemplo, a importância da vacinação ou a existência de uma pandemia, chega a todos os cantos do mundo em segundos. Essa agilidade proporcionada pelas tecnologias digitais da informação e comunicação tem tornado a vida mais rápida e acessível, o que proporciona maiores possibilidades à população em geral, sendo possível realizar praticamente qualquer tarefa de dentro de suas casas, desde que se tenha disponível um computador e/ou *smartphone* com acesso à rede mundial de computadores (CALDAS; CALDAS, 2019).

Todavia, essa transformação e avanço tecnológico trouxeram consigo um desafio a ser superado pela sociedade, que são as *fake news*, porque com a mesma velocidade que uma notícia e/ou informação de relevo atravessa o globo, uma notícia falsa também o faz, o que afeta os mais diversos setores da sociedade, tais como a vida privada, as organizações e as questões sanitárias, como é o caso das vacinas e dos movimentos



antivacinas e, conseqüentemente, as políticas públicas e o trabalho dos gestores públicos nas três esferas de governo - federal, estadual e municipal.

Com o advento da internet e a rápida popularização das mídias sociais, os movimentos antivacinas encontraram um ambiente favorável para compartilhamento de informações que muitas vezes não condizem com a realidade, pois trata-se de um espaço com facilidade na transmissão de determinadas crenças e com uma quantidade imensurável de informações postas à disposição do grande público (SARAIVA; FARIA, 2019; COSTA *et al*, 2020).

Ademais, a internet, ao contrário das pessoas reais, não esquece, ou seja, os conteúdos postados podem ser resgatados, publicizados ou tornados públicos mesmo após terem sido excluídos por quem os postou originalmente. Por exemplo: um estudo antigo, já refutado, facilmente é encontrado e republicado e os líderes de movimentos antivacinas adotam tal estratégia para manipular as massas com informações que estão postas à disposição, filtrando aquelas que mais convém aos seus interesses. O caso do argumento de que as vacinas estariam de alguma forma associada ao autismo é emblemático nesse sentido, pois a despeito do estudo original ter sido posteriormente retratado, os movimentos antivacinas ignoram tal situação e promovem o caos a partir da retomada dos resultados expostos no artigo publicado há quase 25 anos (ROCHEL DE CAMARGO, 2020).

### 2.3 GESTORES PÚBLICOS X MOVIMENTOS ANTIVACINAS: COMO ASSEGURAR POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIDADE

Os gestores públicos são os responsáveis por criar, bem como por gerir as políticas públicas (DOWBOR; CARLOS; ALBUQUERQUE, 2018) que afetam a comunidade como um todo, sendo notável destacarmos, no contexto da pandemia, aquelas de saúde pública. Desse modo, há que direcionar sua atenção para os movimentos antivacinas e para seus números crescentes, pois impactam outras searas da sociedade, de modo que, portanto, “é imprescindível que o governo reconheça a existência do problema e o incorpore à agenda governamental” (DOWBOR; CARLOS; ALBUQUERQUE, 2018, p. 55).

No entanto, cabe destacar que programas de vacinação exitosos somente operam de maneira exitosa com a inclusão de atores diversos e com esforço conjunto dos interessados na cadeia vacinal, tais como o poder público em si, os profissionais da saúde e os usuários do serviço público, beneficiários das campanhas de imunização (BELTRÃO *et al*, 2020).

Pires e Gomide (2014, p. 11) afirmam que “a inclusão de atores diversos é percebida como necessária para, por exemplo, a obtenção de informação e aumento de conhecimento sobre os problemas a serem enfrentados e para a inovação nas soluções a serem perseguidas”. Isso é imprescindível, pois na grande maioria das vezes o próprio Estado sequer percebe o problema ou quando percebe não tem noção da real dimensão da questão. Nesse sentido, Dowbor; Carlos; Albuquerque (2018) destacam que não apenas os gestores públicos podem ser produtores de políticas públicas, mas também as comunidades, até mesmo porque é possível que as políticas públicas se originem na própria comunidade ou advindo de movimentos sociais.

Esse caminho desenvolvido a partir de mobilização social se manifesta diante do engessamento da máquina pública por conta da burocracia, sendo que, como “essas políticas são marcadas pela urgência em produzir resultados e, por isso, requerem das burocracias governamentais altas capacidades de coordenação e execução para levar à consequência os objetivos pretendidos” não há tempo, tampouco espaço único e exclusivo para o poder público atuar, sendo relevante considerar a atuação e o apoio dos movimentos sociais (PIRES; GOMIDE, 2014, p. 10)

Quando a sociedade se encontra em momentos como este, em que a necessidade de imunização em massa é contraposta com argumentos falaciosos e sem caráter científico de manifestações antivacinas, tem-se um determinado problema identificado, sendo necessária de modo latente a oferta de respostas do poder público. Contudo, não raras vezes quem apresenta soluções ou contribui com em dissuadir *fake news* e outras estratégias são os movimentos sociais, cujas respostas surgem das experiências desses movimentos e podem vir a ser reconhecidas como alternativas políticas pelos gestores públicos. A essa situação, Dowbor, Carlos e Albuquerque (2018, p. 52) denominam como inovação social e afirmam que a “inovação social permite analisar soluções políticas para demandas sociais, partindo do pressuposto de que as instituições e as políticas sociais existentes não atendem a todas as demandas postas e vocalizadas no mundo”.

### 3 CONCLUSÃO

Este artigo apresentou um quadro teórico sobre um tema contemporâneo, ao mesmo pertinente e carente de discussões no âmbito social, a despeito de debates científicos solidificados e recorrentes, uma vez que abordou a relação entre movimentos antivacinas e a necessidade de ação por parte do poder público, com destaque ao contexto de pandemia mundial do Covid-19, com o respectivo processo de imunização em curso por todo o mundo.

Dentre os artigos analisados, denota-se que existem inúmeras razões que ancoram os movimentos antivacinas, de modo que as reações adversas, os efeitos colaterais e o medo foram os argumentos que apareceram com maior frequência como justificativas para embasar a subimunização e/ou a ausência de imunização.

No entanto, existem outros fatores que contribuem para o crescimento e fortalecimento dos movimentos antivacinas, tais como as convicções religiosas, filosóficas, políticas, pessoais e socioculturais, a ignorância, a facilidade de disseminação de informações falsas, a ascensão de políticas populistas, a desconfianças nas indústrias e no próprio sistema de saúde e ainda experiências anteriores negativas.

Diante desse conjunto de aspectos, destaca-se na atualidade como fator preponderante a desinformação combinada com o consumo e disseminação de informações falsas, as *fake news*.

Nesse sentido, é premente a necessidade de atuação conjunta e incisiva de setores da sociedade civil e do Estado para combater esse movimento crescente, de modo que se coloca como imprescindível a tomada de decisões e implementação de ações promotoras de conscientização acerca dos benefícios das vacinas, bem como dos malefícios para a sociedade quando a população deixa de se vacinar.

Reitera-se, ainda, que todo esforço deve ser realizado em conjunto, o que evidencia que não basta um único órgão ou setor da sociedade atuar separadamente, já que é essencial uma mudança de consciência social, ou seja, é preciso que toda a comunidade envolvida – da área de saúde, do poder público e da população em geral - participe de ações que visem modificar essas falsas percepções da sociedade e corroborem a necessidade de importância da vacinação.

Por fim, um último ponto de destaque é que os gestores públicos e os próprios entes estatais são, em regra, burocráticos e, por isso, têm sua atuação morosa diante de muitas situações que exigem respostas imediatas, de modo que o Estado precisa atuar em conjunto com os movimentos sociais e com a sociedade civil quando se trata de doenças – e mais ainda no caso de uma pandemia como a da Covid-19 – para que ações de diferentes naturezas, com finalidades e alcances também distintos sejam adotadas em curto prazo e confirmem algum apoio à tomada de decisões no âmbito público. Ademais, é pertinente reconhecer que a circulação de informações em redes sociais se dá majoritariamente por

vias comunitárias, e não oficiais de órgãos públicos, o que reforça o protagonismo da sociedade civil no enfrentamento aos movimentos antivacinas.

## REFERÊNCIAS

- BELTRÃO, R. P. L. *et al.* Perigo do movimento antivacina: análise epidemio-literária do movimento antivacinação no Brasil. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [S. l.], ano 2020, v. 12, n. 6, 30 abr. 2020. Disponível em <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/3088>. Acesso em: 26 jul. 2021.
- CALDAS, C. O. L.; CALDAS, P. N. L. Estado, democracia e tecnologia: conflitos políticos e vulnerabilidade no contexto do big-data, das fake news e das shitstorms. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 196-220, June 2019. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362019000200196&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362019000200196&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 30 set. 2020.
- COSTA, B. B. da *et al.* O movimento antivacina no YouTube nos tempos de pós-verdade? Educação em saúde ou desinformação? **Revista Mídia e Cotidiano**, [S. l.], v. 14, nº 1, p. 220-239, jan./abr. 2020. Disponível em <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/38210/23450>. Acesso em: 26 jul. 2021.
- DIAS, L. C. **Movimento antivacinas**: uma séria ameaça à saúde global. Disponível em <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/luiz-carlos-dias/movimento-antivacinas-uma-seria-ameaca-saude-global>. Acesso em: 26 jul. 2021.
- DOWBOR, M.; CARLOS, E. ALBUQUERQUE, M. C. As origens movimentistas de políticas públicas: proposta analítica aplicada às áreas de criança e adolescente, direitos humanos e saúde. Lua nova. **Revista de Cultura e Política**, v. 105, p. 45-78, 2018.
- JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.
- PINTO JUNIOR, V. L. Antivacinação, um movimento com várias faces e consequências. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 116-122, 2019. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/542>. Acesso em: 26 jul. 2021. <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1653-1.pdf>
- NEVES, C. R. *et al.* Preditores de aceitação da vacina contra influenza: tradução para o português e validação de um questionário. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, supl. 2, p. 1-17, nov. 2020. Disponível em <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/45403>. Acesso em: 26 jul. 2021.
- PIRES, R.; GOMIDE, A. Burocracia, democracia e políticas públicas: arranjos institucionais de políticas de desenvolvimento. **Texto para discussão**, 1940. Brasília: IPEA.
- ROCHEL DE CAMARGO, K. Here we go again: the reemergence of anti-vaccine activism on the Internet. **Cadernos de Saúde Pública**. 2020, v. 36, n. supl. 2. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0102-311X00037620>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SARAIVA, L. J. C.; FARIA, J. F. de. A Ciência e a Mídia: a propagação de Fake News e sua relação com o movimento anti-vacina no Brasil. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, Belém, 2 set. 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1653-1.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

TOLEDO, P. **Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde**. Disponível em [https://www.incqs.fiocruz.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1721:a-importancia-da-vacinacao-nao-esta-somente-na-protexcao-individual-mas-porque-ela-evita-a-propagacao-em-massa-de-doencas-que-podem-levar-a-morte-ou-a-sequelas-graves&catid=42&Itemid=132](https://www.incqs.fiocruz.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1721:a-importancia-da-vacinacao-nao-esta-somente-na-protexcao-individual-mas-porque-ela-evita-a-propagacao-em-massa-de-doencas-que-podem-levar-a-morte-ou-a-sequelas-graves&catid=42&Itemid=132). Acesso em 26 jul. 2021.

VASCONCELLOS-SILVA, P. R.; CASTIEL, L. D. A internet na história dos movimentos anti-vacinação. **ComCiência**, Campinas, n. 121, set. 2010. Disponível em [http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-76542010000700011&lng=e&nrm=iso&tlng=pt](http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000700011&lng=e&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 26 jul. 2021.

VASCONCELLOS-SILVA, P. R.; CASTIEL, Luis David; GRIEP, Rosane Härter. A sociedade de risco midiaticizada, o movimento antivacinação e o risco do autismo. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2015, v. 20, nº 2, p. 607-616. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1413-81232015202.10172014>. Acesso em: 26 jul. 2021.